

PROTESTO CONTRA O ATAQUE À ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E DEMOCRÁTICA

Iniciado o novo ano lectivo 2011/2012, importa reflectir sobre o mesmo, questionando a forma como as novas medidas estão a ser implementadas ao nível do Ministério da Educação. Na escola pública a ordem do Governo é para cortar: cortar salários e despesas de funcionamento, cortar projectos, cortar turmas, cortar escolas, cortar instituições inteiras.

As escolas abrem portas mas a instabilidade reina: não há os funcionários necessários para as tarefas mais básicas como abrir o portão de manhã, assegurar o funcionamento do ginásio, da biblioteca e da mediateca, do bar, da reprografia, da vigilância dos recreios, e muito importante do acompanhamento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Estes alunos estão a ser excluídos do direito à educação, com falta grave de apoios a todos os níveis, colocados em turmas com mais de 26 alunos para onde chegam a ser atirados 4 alunos com Necessidades Educativas Especiais. Não há dinheiro para pagar a luz, a água e o aquecimento no Inverno; não há professores necessários para turmas sobrelotadas; os projectos de combate ao abandono e insucesso escolar vão fechar.

No que respeita ao concelho de Sintra, a situação não difere muito da situação nacional.

A Carta Educativa aprovada por PS, PSD e CDS e que a CDU considerou desde sempre um embuste, só é aplicada no encerramento de escolas. No que respeita à construção de novos equipamentos, tudo se encontra atrasado, não se cumprindo o cronograma estabelecido.

Não é compreensível que dos 4 equipamentos a abrir no início deste ano lectivo apenas dois estejam a funcionar (EB1 Mestre domingos Saraiva, no Algueirão e ampliação na EB1 nº 2 do Cacém para Jardim de infância).

Quanto à ampliação da EB1 nº. 1 do Linhó não se sabe quando estará concluída, tal como a EB1 da Sarrazola, em Colares. Ambas deveriam ter iniciado a sua actividade no início deste ano lectivo mas tal não se verificou.

Para além destas dificuldades, a Câmara Municipal de Sintra tomou, através da Empresa Municipal EDUCA, a decisão de renovar o contrato com a empresa prestadora do serviço de refeições, com uma significativa perda de qualidade do serviço prestado, mediante uma redução de 10% na facturação. Não é para o PCP aceitável a redução de quantidades servidas, da qualidade das refeições ou do despedimento de cerca de 30 trabalhadoras e mais de uma centena de tarefeiras de acompanhamento à refeição.

Perante esta situação, decidida contra a vontade do vogal indicado pelo PCP, o Administrador Rui Monteiro entendeu que não tinha condições para continuar a assumir a responsabilidade que tinha à quase uma década, tendo entregue a responsabilidade pela Gestão dos refeitórios ao Presidente da EDUCA, António Canelas.

Desta forma não pode o PCP deixar de lamentar o acto irresponsável praticado pelo Conselho de Administração da EDUCA que lesa fortemente o desenvolvimento escolar das crianças do 1º ciclo e Jardim de Infância do concelho de Sintra, particularmente numa altura de maior necessidade das famílias.

A destruição da escola pública é inseparável de um caminho de mais de mais de 35 anos de política de direita, e brutalmente agravada com a concretização pelo actual governo do programa de agressão e submissão que PS, PSD e CDS subscreveram com a Troika.

Para a defesa da escola pública de qualidade é urgente derrotar este programa da troika de agressão ao povo e ao país. É esse o único caminho, e a luta há-de fazê-lo.

Por isso, o PCP apela a todos as trabalhadoras da EDUCA e aos Encarregados de Educação para uma participação massiva na Greve Geral de 24 de Novembro.

O Sector de Empresas de Sintra do PCP



**TODOS COM A
GREVE GERAL
24 de NOVEMBRO
PARTICIPA!**

Lutar por um Portugal com futuro

